

MEMÓRIA E JUSTIÇA: A CONSTRUÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS EM RONDÔNIA A PARTIR DA VOZ DOS ATINGIDOS⁰¹

MEMORY AND JUSTICE: THE CONSTRUCTION OF HYDROELECTRIC DAMS IN RONDÔNIA THROUGH THE VOICES OF THE AFFECTED

MEMORIA Y JUSTICIA: LA CONSTRUCCIÓN DE LAS CENTRALES HIDROELÉCTRICAS EN RONDÔNIA A PARTIR DE LA VOZ DE LOS AFECTADOS

Camilla Holanda Mendes da Rocha ⁰²

Este trabalho tem como tema central o acesso à justiça das vítimas de graves violações de direitos humanos por meio da reparação do dano sofrido e da garantia da “não repetição”, com enfoque específico no resgate das vozes de trabalhadores e trabalhadoras que sofreram graves violações de direitos humanos na região da Amazônia Ocidental brasileira, mais especificamente, no Estado de Rondônia.

Por estar inserido no contexto de um mestrado profissional, esta pesquisa relaciona-se de maneira muito direta à atividade do Ministério Público do Trabalho, instituição em que a pesquisadora exerce sua profissão.

O Ministério Público do Trabalho é instituição permanente e função essencial à Justiça, conforme previsão da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88). Possui a missão de defender os interesses sociais e individuais indisponíveis para a efetivação dos direitos fundamentais do Trabalho. A Procuradoria Regional do Trabalho da 14a Região (PRT14) é a unidade ministerial com atribui-

01 Resumo apresentado ao GT “Direitos Humanos e Acesso à Justiça” no V Congresso Internacional DHJUS – Justiça, democracia e Igualdade Social. Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

02 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. Universidade Federal de Rondônia. Procuradora do Trabalho na Procuradoria Regional do Trabalho da 14^a Região - Ministério Público do Trabalho/Brasil. Email: camillahmr@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0009-0009-4143-276X>

ção no Estado de Rondônia. Dessa forma, centra-se o estudo no contexto de graves violações de direitos humanos relacionadas à atuação do Ministério Público do Trabalho em Rondônia, estado de lotação da pesquisadora.

Diante disso, este trabalho explorará a noção de reparação integral para as vítimas de graves violações de direitos humanos, ocorridas no estado de Rondônia, entendendo que uma abordagem eficaz não se limita apenas à compensação material ou financeira, mas engloba também a reparação moral e psicológica, bem como a garantia de não repetição das violações.

Nesse sentido, os aspectos da memória assumem um papel crucial, necessários para uma conscientização coletiva e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é estabelecer uma metodologia para reparação e efetivação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras a partir do resgate e valorização da memória, como elementos necessários na promoção da educação e da conscientização da sociedade em geral, e portanto, garantia à não repetição das violações.

A memória coletiva e o entendimento público das violações passadas são fundamentais para o processo de aprendizado coletivo e para o desenvolvimento de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Neste contexto, a educação, sob o aspecto da conscientização, transcende o âmbito formal e se configura como um processo contínuo de diálogo e reflexão, essencial para a consolidação da democracia e para a prevenção de novas violações.

Além disso, a reparação do dano, ao ser abordada sob uma perspectiva de reparação integral, aproxima-se do ideal de justiça na medida em que as vítimas são inseridas ativamente na construção da narrativa histórica. São elas, afinal, sujeitos de direito de sua própria história, e o reconhecimento de suas vozes e experiências é um passo crucial para a efetivação dos direitos e para a restauração da dignidade.

A utilização do espaço público para a geração de interlocução com a sociedade é outro aspecto relevante nesta abordagem. O espaço público, quando empregado como arena para a memória e o debate, torna-se um instrumento poderoso de conscientização e mobilização social. Este processo de interlocução não apenas eleva o nível de informação e compreensão dos cidadãos sobre as questões de direitos humanos, mas também fomenta a participação ativa da comunidade na construção de um futuro mais justo e inclusivo. Assim, o presente trabalho visa explorar como essas estratégias de reparação, educação e uso do espaço público podem contribuir para uma abordagem de reparação integral que beneficie as vítimas e a sociedade como um todo, no contexto específico do estado de Rondônia.

A construção da memória e a valorização das narrativas das vítimas de violações de direitos humanos encontram no espaço público do próprio Ministério Público do Trabalho um ambiente propício e essencial para sua externalização e reconhecimento. Ao adotar essa perspectiva, o MPT não apenas reafirma seu papel enquanto instituição defensora dos direitos fundamentais e sociais, mas também se posiciona como um agente ativo na reconstituição da memória coletiva e na promoção da justiça social. A utilização desse espaço para atividades que visam à memória e à conscientização pública acerca das graves violações de direitos humanos, no aspecto laboral, reflete o compromisso da instituição com a reparação integral e com a não repetição das explorações combatidas.

Dessa forma, o espaço do MPT, ao ser utilizado como plataforma para o diálogo e a memória, alinha-se às finalidades da instituição de garantir a justiça e a proteção aos direitos humanos. Esse uso intencional do espaço contribui para a construção de um ambiente de respeito, aprendizado e engajamento, permitindo que as vítimas sejam ouvidas, e que a sociedade em geral participe ativamente do processo de transformação social. Assim, o MPT reafirma seu compromisso não apenas com a aplicação da lei, mas com a promoção de uma sociedade mais informada, consciente e justa.

O edifício da Procuradoria Regional do Trabalho localizado em Porto Velho é caracterizado por sua estrutura espaçosa de quatro andares, onde predomina a cor branca em todas as suas paredes. Assim, questiona-se: de que maneira pode esse espaço ser transformado para auxiliar na criação de uma comunidade mais esclarecida e comprometida com a justiça social?

Para responder ao questionamento exposto acima, o projeto é realizado por meio de pesquisa interdisciplinar de natureza aplicada, utilizando-se, quando à abordagem, o método qualitativo; quanto aos objetivos, o método exploratório, quanto aos objetivos; e quanto ao procedimento, utiliza-se a pesquisação, com a participação dos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia, visando a criação conjunta de um espaço experimental no prédio da unidade-sede da PRT14, em Porto Velho.

Este espaço tem como finalidade servir não apenas como um local de memória e conscientização, mas também como um laboratório para a elaboração de uma metodologia que possa ser posteriormente adaptada e replicada em outras unidades do Ministério Público do Trabalho. A escolha do MAB como parceiro neste projeto se justifica pela sua posição consolidada como movimento social organizado, detentor de vastas fontes e acervos relativos às comunidades impactadas por projetos de infraestrutura de grande escala, como as usinas hidrelétricas.

Esta iniciativa visa enfocar as graves violações de direitos humanos ocorridas no contexto da construção de usinas hidrelétricas no estado de Rondônia, área onde o MPT tem desempenhado um papel ativo na tentativa de cessar e reparar os danos. Até o momento, não existe um espaço físico dedicado nem um mecanismo efetivo de interlocução com a sociedade que narre e documente essa história e suas consequências. A ausência de um tal espaço impede uma compreensão plena e uma conscientização pública sobre os impactos socioambientais e culturais dessas construções.

Ademais, a relevância deste projeto se intensifica com os planos atuais de construção de mais duas usinas hidrelétricas no estado (Hidrelétrica Tabajara, em Machadinho D’Oeste e Hidrelétrica Binacional do Rio Madeira, na fronteira do estado de Rondônia com a Bolívia). Ao documentar e expor as experiências passadas, o projeto visa não apenas prestar um serviço de memória social, mas também fomentar um debate público informado e crítico sobre o desenvolvimento sustentável e os direitos das comunidades atingidas.

Por meio da pesquisa-ação, pretende-se desenvolver uma metodologia participativa que incorpore as vozes e experiências dos afetados, fomentando uma abordagem colaborativa na construção de narrativas e na formulação de estratégias de reparação e prevenção. Este método permitirá não apenas a produção de conhecimento relevante e contextualizado, mas também a ativação de espaços de diálogo e aprendizado mútuo entre o MPT e a sociedade em geral.

Neste estudo, aborda-se a complexidade das violações de direitos humanos e suas repercussões sociais, econômicas e culturais sob a perspectiva multidisciplinar. A base teórica central é a Justiça de Transição, que oferece um arcabouço para entender e abordar as violações passadas enquanto busca a reparação, a verdade e a garantia de não repetição. Destaca-se, ainda, as contribuições de Paulo Freire, no campo da educação, e de Milton Santos, na área da geografia, relevantes para esta pesquisa.

Pretende-se, ainda, conhecer e analisar experiências similares na América Latina que trabalham a memória como forma de educação, diálogo e sensibilização, tais como o Museo Experimental El Eco (Cidade do México), o Lugar de la Memoria, la Tolerancia y la Inclusión Social (Lima), o Museo Casa de La Memoria (Medellin) e o Museu de la Memoria y de los Derechos Humanos (Santiago), assim como experiências desenvolvidas pelo Ministério Público Brasileiro.

Em conclusão, ressalta-se a importância de abordagens de reparação de dano por meio da memória que transcendam a simples reconstituição de eventos passados, propondo espaços que fomentem o diálogo e a reflexão crítica, evocando memórias para a construção de um futuro coletivo mais justo e

consciente. Portanto, a memória histórica, contada sob a perspectiva do trabalhador-vítima, ao ser ativada, deve incentivar o engajamento e a responsabilidade compartilhada, almejando uma sociedade que aprende com o passado para moldar um futuro diferente e melhor.

Palavras-chave: memória; espaço; justiça; reparação do dano; Ministério Público do Trabalho; usinas hidrelétricas.

Referências

AIETA, Vania Siciliano; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Princípios Norteadores da Cidade Educadora. *Revista de Direito da Cidade*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 193232, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/9717/7616>. Acesso em: 22 jul 2023.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. *O direito do trabalho como dimensão dos direitos humanos*. São Paulo: LTr, 2009.

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. A expansão das fronteiras amazônicas: os legados das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau no estado de Rondônia (RO). *RELEM – Revista Eletrônica Mutações*, Manaus, v. 8, n. 15, p. 171186, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/3378>. Acesso em: 03 jul 2023.

Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). *Espaços Urbanos e Cidades Educadoras*. Rosário, Argentina, v.1, n. 5, agosto 2019.

BITTENCOURT, Luiz Antônio da Silva. *O trabalho decente para a OIT e sua realização no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de História Oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

BRADA, A.; RIOS, G. Argumentos e estratégias para a construção da Cidade Educadora. In: *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Resolução n. 158, de 31 de janeiro de 2017. Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos. Brasília, DF: CNMP, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Recomendação n. 61, de 25 de julho de 2017. Recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais Brasília, DF: CNMP, 2017.

BRASIL. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp75.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

BRASIL. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347o-rig.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

BRASIL. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8625.htm. Acesso em: 04 jul 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Agenda Nacional do Trabalho Decente. Brasília, DF: MTE, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/-americas/-/-rolima/-/-ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226229.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho Decente: análise jurídica da exploração do trabalho. 6. ed. São Paulo: LTr, 2023.

CABEZUDO, A. Cidade educadora: uma proposta para os governos locais. In: Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade: A Sociedade Brasileira em Transição. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 74. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Joelton Rezende. As memórias de infância dos migrantes no processo de colonização da Vila de Rondônia na década de 1970. 2019. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

IANNI, Octávio. Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1968. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ISOPPO, Rodrigo Schames. Da ocupação à retomada: cartografando processos de subjetivação em território urbano. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MATARÉSIO, Larissa Zuim. Comunicação para a cidadania: Ministério Público de Rondônia como intérprete e vigilante. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19107>. Acesso em: 04 jul 2023.

MENGHI, Renato Wanderley. Narrativas de seringueiros, ferroviários e garimpeiros: aspectos socioculturais de portovelhenses. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia. Porto Velho: Ed. Rondoniana, 2008.

PARRELA, I. D.; NASCIMENTO, A. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 24, n. 2, p. 176-188, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22277>. Acesso em: 03 jul 2023.

PERDIGAO, Francisca F. dos Santos. Rondônia: A Fronteira da Escravidão – Estudo sobre a presença de práticas escravistas em áreas madeireiras (1985/1989). Dissertação de mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 1990.

RIBEIRO, Fernanda Almeida. Editora UFRJ: memória institucional em construção. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Daniel Francisco dos. Experiências de Migração de Trabalhadores Nordestinos – Rondônia. Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Edusp, 2022.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2022.

SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: Sobreviventes da Fartura*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. *Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira*. Tese (doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

SILVA, Joeser Alvares da. *Indígenas e garimpos em Rondônia: história, tradição e direitos*. Dissertação (Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro. *História Regional (Rondônia)*. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

VILAR-LOPES, Dalliana. *Ministério Público do Trabalho e escravismo na Amazônia: modelo de atuação e combate em Rondônia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.